



FRONTEIRAS EM CONSTRUÇÃO E EM DISPUTA NA GUERRA DA CISPLATINA

LUAN MENDES DE MEDEIROS SIQUEIRA*

Quando pensamos em Estado, pensamos também em suas múltiplas dimensões e nos diversos elementos que o formam em sua totalidade. Um desses aspectos refere-se à questão das fronteiras. Ao falarmos da fronteira, não entendemos apenas como uma simples divisão territorial que separa um país do outro. As distintas visões de fronteira envolvem as relações de pertencimento que determinado indivíduo tem com uma região. O historiador Cesar Guazzelli define alguns apontamentos sobre o conceito de fronteiras, especificamente na parte meridional do Brasil, não apenas como uma questão de territorialidade mas também na relações de pertencimento entre os indivíduos que residem nessas áreas:

Se a fronteira é um espaço, é necessário pensar na formação deste espaço; se é o fronteiriço quem o constrói e o controla mais necessário ainda é tratar das relações entre os homens e a natureza, mais ainda aquelas dos homens entre si no processo de apropriação e exploração das paisagens (GUAZZELLI, 2013:2)

De acordo com autor, as fronteiras, mais do que limites, são zonas de passagem ambíguas, e não divisas dadas a priori, não devendo ser “naturalizadas”. Conforme aponta Guazzeli, as distintas construções históricas sobre a fronteira reforça a necessidade estudarmos cada vez mais os chamados homens de fronteira (GUAZZELLI, 2013:2) já que são eles os verdadeiros atores sociais diante da configuração de demarcação dos territórios e principalmente na existência de conflitos em tais espaços.

O conflito cisplatino, por sua vez, dada a sua magnitude no que diz respeito ao envolvimento de questões fronteiriças no sul do Brasil, fazia parte das pretensões do expansionismo brasileiro em todo o estuário platino. Guazzelli teve como grande contribuição a problematização desse estudo sobre as fronteiras já que, quando falamos de Guerra da Cisplatina, não podemos deixar de ressaltar que muitas das instabilidades políticas e interesses comerciais ocorreram na parte meridional do Brasil Império, espaços também de pluralidades étnicas. O processo de formação do Brasil imperial como Estado esteve intrinsecamente ligado às resoluções de fronteiras na província do Rio Grande do Sul.

A fronteira, por sua vez, era uma temática que fazia presente nos acalorados debates em algumas das correspondências diplomáticas. Como, por exemplo, em resposta à correspondência do vice almirante e comandante em Chefe das Forças Navais no Rio da Prata, Rodrigo José Ferreira Lobo, Manuel Garcia rebateu grande parte das questões referentes às supostas reclamações de Lobo: o roubo das embarcações no Porto de Buenos

* Mestrando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – CAPES.



Aires e as hostilidades provocadas pelos revolucionários na Banda Oriental.

2

García critica ainda a pessoa do vice-almirante se comportar como um ministro das relações internacionais já que esse último era apenas vice-almirante da esquadra e comandante das forças navais brasileiras no Rio da Prata. O embaixador portenho disse que não competia a Lobo e que não tinha autoridade alguma para tratar dos assuntos externos:

Posto não ser a prática do Governo das Províncias Unidas a entrar em explicações diplomáticas com um chefe militar, que além de não achar-se caracterizado em forma para esse fim, se apresenta mandando uma força armada, e uma atitude verdadeiramente hostil, convém agora a dignidade do Governo das Províncias Unidas, que todas as mais do mundo não tenham motivo para pensar que ele recusa de modo algum a desmentir em toda a ocasião a imputação, que se lhe faz de haver promovido a sublevação atual dos povos da banda Oriental do Rio da Prata; e por isso o abaixo assinado está autorizado para negar solenemente tal fato.

Além disso, o ministro portenho coloca em questão o problema da delimitação das fronteiras, o não reconhecimento do governo imperial brasileiro em ter o poder sobre o território cisplatino e o pouco caso que os brasileiros faziam dos cidadãos da Província Cisplatina. Na referida carta data de 8 de julho de 1825, três dias após a correspondência do chefe militar brasileiro. García afirma:

Pelo que é relativo aos súditos destas provincias empregadas, segundo se diz, na Banda Oriental, o Governo o ignora, carece além disso de autoridade sobre eles, porque os cidadãos das Províncias Unidas são livres para aonde lhes pareça; e ainda quando fosse compatível com as instituições liberais desta República a intervenção do Governo nos atos e deliberações puramente privadas dos cidadãos, ele não poderia força- los a voltar de um território sobre o qual não exerce poder algum.

García, ainda na correspondência, alude aos problemas políticos que a República das Províncias Unidas do Rio da Prata estava atravessando naquele período, em parte devido às tensões que estavam ocorrendo na Banda Oriental. O Brasil era o que semeava a discórdia em tal região, sendo também, de maneira indireta, um dos responsáveis pelas instabilidades vividas nas Províncias do Prata. De acordo com o ministro portenho:

Finalmente, e para marcar nesta ocasião importante de um modo mais positivo ainda o verdadeiro caráter do governo das Províncias Unidas, não divida o abaixo assinado fazer saber o senhor Vice Almirante, que não podendo ser uma matéria indiferente para o governo das Províncias Unidas, o atual estado da Banda Oriental, o qual afeta em demasia a tranquilidade das demais províncias da República, e sendo por isso, cada vez mais urgente estabelecer definitivamente as futuras relações desta República com a Corte do Brasil.

O representante dos negócios estrangeiros de Buenos Aires, nos dois últimos fragmentos, nos coloca algumas indagações. O primeiro trecho citado nos mostra ideia de um



projeto político na qual a Cisplatina seria incorporada a partir de um sistema republicano. Analisarmos o conceito de república definido pelas Províncias do Prata em inícios do século

3

XIX a partir da concepção republicana dos dias de hoje seria um grande anacronismo. É preciso entender como era pensado o modelo de república idealizado pelos grupos políticos de Buenos Aires.

Para isso, recorreremos ao dicionário político del mundo iberoamericano dos séculos XVIII e XIX, organizado pelo historiador Javier Sebastián a fim de termos uma maior compreensão da magnitude deste importante conceito. Nessa obra, o historiador argentino Gabriel di Meglio historiciza tal conceito e afirma que o sistema da República era percebido como um exemplo virtuoso e uma reafirmação da liberdade, uma oposição ativa ao sistema monárquico, considerado pelos republicanos, um governo altamente despótico e uma afirmação da identidade americana ante a europeia (DI MEGLIO, 2009: 1276). República, segundo o autor, representava para as Províncias Unidas do Rio da Prata, uma forma de governo representativa, pautada na virtude cívica e defesa dos direitos cidadãos.

Entretanto, a forma de conduzir um sistema republicano foi uma incógnita durante todo o século XIX, em função principalmente da grande rivalidade política entre centralistas e federalistas. No contexto da Guerra Cisplatina, o ideal da república foi visto como um impulso para o combate da monarquia brasileira. Os discursos referiam-se especificamente à figura do imperador d. Pedro I: tirânico e opressor e nas ferrenhas críticas ao sistema monárquico.

Di Meglio afirma que o Congresso Constituinte, realizado em Buenos Aires em dezembro de 1826, simultaneamente o período da guerra, marcou a consolidação do conceito de república e do termo: República Argentina, sendo posteriormente trocado como Confederação Argentina (DI MEGLIO, 2009: 1275). Embora o termo república tenha sido aceito amplamente em grande parte dos territórios das Províncias platinas, o autor ressalta que não houve o final das discussões sobre como o modelo republicano seria organizado. A unidade foi o principal objetivo a ser realizado pelas forças políticas argentinas. De acordo com Meglío:

La aceptación de ese sistema no evitó las discusiones sobre sus características, como ocurrió en 1832 en Buenos Aires. El congreso había fracasado y su disolución había dado lugar a un retorno de las autonomías provinciales y a la guerra civil entre los partidos federal y unitario. Por causa de ésta, la Sala de Representantes porteña decidió en 1829 otorgar facultades extraordinarias al gobernador federal Juan Manuel de Rosas. Al término del periodo de la administración, tras la guerra



civil concluída con la victoria federal, los partidarios de Rosas presentaron un proyecto de ley que proponía la renovación de su mandato con el uso de las facultades extraordinarias (DI MEGLIO, 2009: 1276)

4

Vimos como a proposta de consolidação do sistema republicano nas Províncias platinas, mesmo com todas as suas eventuais dificuldades e se estendendo durante o século XIX, esteve relacionado também com os desdobramentos políticos do conflito cisplatino. Com o fim da guerra, Rosas assumiu o poder em Buenos Aires, e uma de suas primeiras medidas foi a tentativa de reestruturação do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, isto é, reanexar a Banda Oriental aos domínios centralistas. Isso mostra também que as disputas em torno do Rio da Prata não acabaram de maneira imediata, muito menos os tratados sobre resolução de fronteiras.

Na correspondência de 9 de julho de 1825, como forma de apaziguar a tensão das relações entre Brasil e Buenos Aires, o ministro García propôs a vinda de uma missão diplomática ao Rio de Janeiro, a fim de tornar a diplomacia entre os dois países mais amistosas, visando o que o representante portenho chama de preservação dos princípios que regem os Estados vizinhos:

Finalmente, e para marcar esta ocasião importante de um modo mais positivo ainda e verdadeiro caráter do Governo das Províncias Unidas, não [ilegível] o abaixo assinado fazer saber ao Excelentíssimo vice-almirante, que não podendo ser uma matéria indiferente para o Governo das Províncias Unidas, o atual estado da Banda Oriental, o qual afeta em demasia a tranquilidade das demais Províncias da República, e sendo por isso cada vez mais urgente estabelecer definitivamente as futuras relações desta República com a Corte do Brasil, tinha determinado o Governo Nacional desde a sua instalação, a enviar com tais objetivos uma missão especial ao Rio de Janeiro; medida que há de acelerar com os graves motivos que oferecem os últimos acontecimentos, e a qual provará em todo o evento, a Corte do Brasil as amigáveis disposições deste Governo; e ao mundo, quais são os princípios que regem em ambos os Estados vizinhos.

No fragmento acima, observamos no tratamento das correspondências diplomáticas, o quanto cada um desses dois países pensavam já na concepção de Estado. Mas que tipo de Estado seria empregado por cada um deles e o que representava esse termo naquele período? Na iminência de uma guerra que, por sua vez, tinha como objetivo central, o domínio de um território, levantamos como uma possível questão central: tanto o início da formação do Estado imperial brasileiro como o das Províncias do Prata, sendo esta última, mesmo com todas as suas dificuldades de unidade política, a anexação da Província Cisplatina era um dos elementos em comum.

Um outro aspecto que tem de ser ressaltado é quando o ministro portenho utiliza o



termo *Estados vizinhos*. A partir desse termo, podemos construir uma ideia de que esses recentes Estados sulamericanos não estavam somente preocupados em conquistar o domínio da referida província oriental a fim de compor mais um território e estabelecer uma hegemonia sobre a região do Rio da Prata. Dentro dessas nuances, podemos afirmar que havia

5

por parte do ministro García uma preocupação de delimitação das fronteiras, isto é, até qual espaço seria determinado o que pertencia ao Brasil e às Províncias platinas ? Em que lugar ou ponto determinado ficaria estabelecido os limites de cada dos respectivos países ? A temática debatida nas correspondências entre os ministros estrangeiros evidencia a busca por um ponto de equilíbrio e de consolidação dos espaços limítrofes.

Em resposta à carta de García, o vice-almirante brasileiro enviou um ofício no dia 11 de julho, no qual ele defendia uma luta por melhores relações entre Brasil e Buenos Aires e no combate aos outros problemas na Banda Oriental, dentre eles: os rebeldes e o fim da prática da pirataria, além de acusar novamente o governo portenho de hostil às insurreições e revoltas ocorridas na Cisplatina:

Seguro de que o Excelentíssimo Imperador deseja conservar os laços de amizade, que até agora tem subsistido entre o Império do Brasil, ao Governo das Províncias Unidas, apressa-se o abaixo assinado a significar ao Excelentíssimo senhor Ministro, que o ter-se apresentado à frente de Buenos Aires com parte das forças navais confiadas ao seu commando, não é nem se deve julgar, atitude verdadeiramente hostil, pois bem longe de pretender atentar contra a tranquilidade, e segurança da Capital da República, nem contra o comércio de seus pacíficos habitantes, o único fim é (segundo lhe cumpre praticar) servir-se de todos os meios de prevenção contra a exportação de efeitos para os insurgentes da Banda Oriental, ou contra a saída dos piratas, já que as medidas (quais quer que tenham sido, ou venham a ser) do Governo da República, por experiencia se vem iludidas sempre, e sempre informadas.

Alguns acontecimentos no século XIX atingiram o seu apogeu no que diz respeito ao desentendimento, mas quando se fala em harmonia ou cooperação, podemos citar o caso da Guerra do Paraguai, quando ambos se uniram, juntamente com o Uruguai, para derrotarem o país guarani. Além disso, Brasil e Argentina são caracterizados como a figura de países mediadores nas relações comerciais e políticas na América do Sul. Como exemplo disso, eles são os principais líderes no bloco econômico do Mercosul e `conciliadores` quanto algumas divergências políticas com os outros países sulamericanos.

Conforme aponta Demétrio Magnoli, as relações bilaterais entre os dois países é uma das mais antigas no continente sulamericano, marcado por supremacias, competições mas também por cordialidades (MAGNOLI, 1998:149). Na mesma linha, Edmundo Heredia



afirma que, além das inúmeras adversidades existentes entre esses dois países, as relações entre os mesmos tem uma especificidade se compararmos com as outras, não por mera formalidade, mas sim o que marcam uma coisa em comum entre eles são as disputas por espaços territoriais, herdadas das antigas possessões dos domínios hispanoamericanos (HEREDIA, 2009: 268)

6

Ao longo das conversas diplomáticas, nos deparamos com uma temática proposta pelos ministros brasileiros e portenhos nos meses antecedentes ao conflito: a tentativa da criação de uma linha militar no Uruguai, o que garantiria o princípio da inviolabilidade dos Estados limítrofes, segundo as correspondências, e a integridade do território imperial e das províncias platinas. Além disso, uma das outras justificativas da criação de tal linha era o respeito à divisão das fronteiras entre os Estados vizinhos e, principalmente, o impedimento da passagem dos rebeldes revolucionários para a região da Banda Oriental. Na correspondência de Luiz José de Carvalho e Mello para o secretário de Estado dos negócios estrangeiros no Rio de Janeiro, Antônio José Falcão da Frota, discute a ideia de uma possível criação da linha militar:

Pessoa, que proponho por mais capaz me assegurar que as [ilegível] deste lado se limitam com efeito a formar a linha do Uruguai; e essa mesma [ilegível] não de passar a banda Oriental, evitar que os chefes da insurreição ali se foram combatidos, estiverem de escapar para este lado não venham produzir alguma comoção nesta Província.

A formação de uma linha militar seria possivelmente no rio Uruguai já que o próprio Uruguai como Estado independente ainda não havia sido estabelecido, o que aconteceria com o desfecho do conflito, pela Convenção Preliminar de Paz. A suposta criação dessa linha implicaria nos limites de fronteiras entre os países beligerantes e nas tentativas de demarcação dos territórios. Nesse caso, entretanto, a ideia do representante brasileiro, Luiz Carvalho, direcionada a Antônio Frota, retratava, de acordo com o mencionado trecho, a criação de uma linha visando impedir a passagem dos chamados insurgentes revolucionários na região da Província Cisplatina. Quem seriam os insurgentes ?

Para os ministros brasileiros, eram as tropas de Montevidéu, financiadas e influenciadas pelo governo portenho a praticar levantes e insurreições na Banda Oriental, como forma de provocar instabilidades políticas, fragilizar o governo e a legitimidade imperial sobre a Província Cisplatina. O general Juan Antonio Lavalleja, chefe da expedição dos 33 orientais, era sempre mencionado nas conversas entre as autoridades diplomáticas imperiais



como aquele que recebia ordens e ideias da Província de Buenos Aires a praticar a subversão. O governo portenho, por sua vez, nunca reconheceu as acusações feitas pelo Brasil e retrucava as críticas afirmando que o Império do Brasil era o verdadeiro responsável pelas revoltas ocorridas na Banda Oriental.

De acordo com as historiadoras Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind, o conflito entre brasileiros e portenhos trouxe problema para os dois governos: do lado dos argentinos, o

7

envolvimento dos unitários portenhos provocou o reinício da guerra civil interna em Buenos Aires, os federalistas, liderado por Dorrego e Rosas, reclamavam do envolvimento do governo unitário de Rivadavia com os interesses externos (GUTFREIND; REICHEL, 2006: 35-36). Já no lado do Brasil, as manifestações de descontentamento com os gastos financeiros dessa guerra serviam apenas para preservar uma herança colonial portuguesa. Na concepção de Gutfreind e Reichel, o conflito cisplatino pela primeira vez exprimiu interesses nacionais em torno do Prata:

A Guerra da Cisplatina evidenciou que os antagonismos e a disputa pelos privilégios e pela dominação dos territórios foram herdados pelos novos países que se formavam. Mostrou, também, no espaço platino, que o sentimento nacional, em vez de constituir a origem desses Estados independentes, se construiu a partir do nascimento deles (GUTFREIND; REICHEL, 2006: 36)

Uma das grandes contribuições dessas autoras, não apenas para os estudos sobre o conflito cisplatino mas também para as pesquisas em relação a região do Rio da Prata, foi promover uma ampla discussão sobre as fronteiras; não apenas entre as próprias questões internas políticas no sul do Brasil, mas na relação com os outros países platinos. A discussão das fronteiras como espaço de integração e a criação de formação étnica tornam-se fundamentais ao nos debruçarmos sobre o estudo das diversas questões platinas.

Vemos mais uma vez, só que agora em outro momento das tensões políticas entre Brasil e Províncias do Prata, a ideia da criação de uma linha militar no Uruguai, alegando a garantia do princípio da inviolabilidade entre os Estados vizinhos e as demarcações limítrofes. Na carta diplomática em 10 de outubro de 1825, Francisco Vilela Barbosa, visconde de Paranaguá, secretário de Estado dos negócios estrangeiros do Palácio do Rio de Janeiro, escreveu para o ministro das relações exteriores das Províncias Unidas do Rio da Prata, Manoel José García:

Pelo o que se pratica entre governos inimigos, mas nem sequer apareceu o menor indício de ser a desaprova ação revolucionária conduta dos súditos de Buenos Aires na Província Cisplatina tendo já favorecido a república desse governo para ir mandar retirar, continuando assim como este entre outros fatos a inculcarem o mais



decisivo apoio da revolução da Banda Oriental por parte de Buenos Aires. Entre estes fatos não tem dado menor a linha do Uruguai, que seu governo tem reforçado decretar e fazendo avançar as tropas para ali as comunicações que as relações de Estados limítrofes e civilizados tornam indispensáveis como se fora de supor que o Brasil tentava alguma agressão contra as Províncias do Rio da Prata.

O mencionado trecho utiliza a seguinte expressão: *Estados limítrofes*, referindo-se possivelmente naquele período e nas correspondências diplomáticas dialogadas a ideia de que era necessário estabelecer algum tipo de artifício ou instrumento que regularizasse as zonas de fronteiras entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Gabriela Ferreira

8

afirma que a delimitação de limites na área platina foi uma discussão que tangenciou constantemente o século XIX:

A delimitação definitiva dos limites do Brasil com todas as repúblicas vizinhas ainda estava por fazer em meados do século XIX. Disputas territoriais travadas ainda estava entre Portugal e Espanha foram herdadas pelos países surgidos dos processos de independência política. Na região platina, a disputa teve como epicentro a Colônia de Sacramento, fundada pelos portugueses e , como já foi dito, objeto de grandes contendas militares e diplomáticas (FERREIRA, 2006: 66)

Mesmo com sucessivos estudos sobre a resolução das fronteiras sobre a questão Cisplatina, poderemos nos perguntar se essas questões foram resolvidas definitivamente e os tratados sobre limites no estuário platino firmaram-se da melhor forma possível. Pelo contrário, a guerra da Cisplatina inaugurou uma série de eventos políticos que giraram em torno da disputa de domínio das áreas de litígio e atores que protagonizaram alguns conflitos políticos internos, como por exemplo: A Guerra Grande, a Revolução Farroupilha e as tensões entre Blancos e Colorados pelo poder no recém- Uruguai. Entretanto, é necessário sempre nos atentar que o processo de formação dos Estados nacionais platinos se deu a partir da primeira metade do século XIX. Todavia, defendemos a ideia de que a Guerra da Cisplatina foi um dos fatores importantes para o início embrionário e gradativo da formação dos Estados imperial brasileiro e do futuro estado Argentino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Correspondência de Manoel José García para Rodrigo José Ferreira Lobo em 6 de julho de 1825. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Correspondência de Manoel José García para Rodrigo José Ferreira Lobo em 9 de julho de 1825. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.



Correspondência de Manoel José García para Rodrigo José Ferreira Lobo em 11 de julho de 1825. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Correspondência de Luiz José de Carvalho e Mello para Manoel José García em 13 de agosto de 1825. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Correspondência de Francisco Vilela Barbosa (Visconde de Paranaguá) para Manoel José García em 10 de outubro de 1825. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

9

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

GUZZELLI, Cesar. História e Fronteira nas fronteiras da Literatura: João Simões Lopes Neto e “Lendas do Sul”. XVII *Simpósio Nacional de História (ANPUH)*. Rio Grande do Norte, Natal – 22 a 26 de julho de 2013.

HEREDIA, Edmundo A. Historiografía de las relaciones argentino- brasileñas. Disponível em <http://estudiosamericanos.revistas.csic.es> – Acesso em 4 de julho de 2017.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista / Moderna, 1997.

REICHEL, Heloísa J., e GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerra no Prata*. São Paulo: Atual, 2006.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. (org.) *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones 1750- 1850*. [iberconceptos- I]. Madrid: Fundación carolina, 2009.